

Prefeitura Municipal de Natividade da Serra

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017

A Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, em atendimento ao disposto no § 4º, do Artigo 9º, da Lei Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, torna público a realização da **Audiência Pública** para apresentação à Comissão de Finanças da Câmara Municipal, da avaliação do cumprimento das **Metas Fiscais** do Município, relativas ao no **Primeiro Quadrimestre de 2017**, que ocorrerá no **dia 23 de maio de 2017, às 10:30 horas, no plenário da Câmara Municipal de Natividade da Serra**, situada à Rua dos Fernandes, nº 251 – Centro, convidando os interessados e a população do Município.

Natividade da Serra, 08 de Maio de 2017.

Maria Lourdes de Oliveira Carvalho - Prefeita Municipal

Ata de Audiência Pública

1º Quadrimestre de 2017

(art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Aos vinte e três dias do mês de maio de 2017, às 10:30 horas, na Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000 – a Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, por sua Diretoria de Finanças, apresenta à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal e aos interessados que compareceram à reunião, o **RESULTADO DA EXECUÇÃO DAS METAS FISCAIS do Primeiro Quadrimestre de 2017** do Município de Natividade da Serra.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ART. 9º....

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDA NO § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos do Município na Audiência Pública são:

- ☒ **Demonstrar as receitas arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;**
- ☒ **Demonstrar as despesas realizadas executadas no exercício;**
- ☒ **Comparar as Receitas e Despesas do exercício;**
- ☒ **Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;**
- ☒ **Comparar as Metas e as Dívidas do município;**
- ☒ **Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal e os previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.**

A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

O envio correto de dados corretos e dentro do prazo estabelecido por lei (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal- RGF), evita que o Município seja impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

E mais importante: demonstra que o gestor está atuando de acordo com os princípios preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, oferecendo à sociedade a transparência das informações necessárias ao controle social.

ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. O quadro abaixo demonstra que a Receita Bruta do exercício comportou-se de acordo com as previsões contidas no PPA, na LDO e na LOA, demonstrados desta forma:

(A) ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISTA ANUAL	ARRECADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	24.880.000,00	7.756.981,12	31,18
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.048.200,00	357.367,00	34,09
CONTRIBUIÇÕES	190.000,00	40.568,09	21,35
RECEITA PATRIMONIAL	237.500,00	59.980,63	25,26
RECEITA DE SERVIÇOS	300,00	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.505.000,00	8.294.241,32	31,29
(CONTAS REDUTORAS)	(3.400.000,00)	(1.046.505,26)	30,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	299.000,00	51.329,34	17,17
RECEITAS DE CAPITAL	680.000,00	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	680.000,00	0,00	-
TOTAL DA RECEITA	25.560.000,00	7.756.981,12	30,35

(B) DESPESAS

DESPESAS	AUTORIZADA ANUAL (Atualizada)	LIQUIDADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	23.939.300,00	6.423.681,84	26,83
PESSOAL E ENCARGOS	12.373.500,00	3.885.064,46	31,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	0,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.564.800,00	2.538.617,38	21,95
DESPESAS DE CAPITAL	1.483.500,00	147.329,65	9,93
INVESTIMENTOS	1.093.500,00	75.765,32	6,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	390.000,00	71.564,33	18,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	203.200,00	0,00	-
TOTAL DA DESPESA	25.626.000,00	6.571.011,49	25,64
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A - B)		1.185.969,63	15,29

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária (pela despesa liquidada) demonstrada acima, apresentou superávit da ordem de R\$ 1.185.969,63 (15,29%), conforme prevista nas Leis Orçamentárias - PPA, LDO e LOA.

No comportamento da execução da despesa, procurou-se realizar dentro da normalidade, conforme preveem as peças orçamentárias, nos parâmetros da legislação vigente.

ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para facilitar a análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

RECEITA FISCAL LÍQUIDA - refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de terceiros recebidos);

DESPESA FISCAL LÍQUIDA: trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O **RESULTADO PRIMÁRIO** apura a diferença entre a **Receita Fiscal Líquida** e a **Despesa Fiscal Líquida**, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).

RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	PREVISTA NO QUADRIMESTRE	REALIZADA NO QUADRIMESTRE	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	7.914.954,49	7.756.981,12	98,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.333,32	0,00	-
SUBTOTAL	7.918.287,21	7.756.981,12	97,96
DEDUÇÕES			
(-) RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	75.034,40	45.458,83	60,58
RECEITA FISCAL LÍQUIDA	7.843.252,81	7.711.522,29	98,32
DESPESAS FISCAIS	AUTORIZADA NO PERÍODO	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	7.604.878,26	6.423.681,84	84,47
DEDUÇÕES			
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	318,60	0,00	-
SUBTOTAL	7.604.559,66	6.423.681,84	84,47
DESPESAS DE CAPITAL	436.534,90	147.329,65	33,75
DEDUÇÕES			
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	124.254,00	71.564,33	57,60
SUBTOTAL	312.280,90	75.765,32	24,26
DESPESA FISCAL LÍQUIDA	7.916.840,56	6.499.447,16	82,10
RESULTADO PRIMÁRIO		1.212.075,13	15,72

O SUPERÁVIT de R\$ 1.212.075,13 (15,72%), demonstra que durante o período, foram cumpridas todas as metas de Resultado Primário previstas nos instrumentos orçamentários do município (LDO = R\$ 539.200,00).

ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e seu cálculo utiliza a capacidade financeira para fazer face aos pagamentos das dívidas.

RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	3.540.515,51	3.515.876,44
ATIVO DISPONÍVEL E HAVERES FINANCEIROS	1.036.318,44	1.843.349,47
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	587.258,58	101.761,98
II - DEDUÇÕES (*)	449.059,86	1.741.587,49
III- Dívida Consolidada Líquida (I - II)	3.091.455,65	1.774.288,95
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III - V)	3.091.455,65	1.774.288,95
RESULTADO NOMINAL (B-A)		1.317.166,70

Pelo demonstrativo acima, fica comprovado que o Município se encontra dentro dos limites constitucionais, com leve redução do saldo de estoque de dívidas consolidadas, estabelecidas para o Resultado Nominal no período.

DESPESAS COM PESSOAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		1º QUADRIMESTRE	
	23.060.675,52		23.810.863,87	
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL	R\$	%	R\$	%
	11.648.794,19	50,51	11.938.631,63	50,14
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR.ÚN.ART.22 LRF)			12.214.973,17	51,30
LIMITE LEGAL (ART. 20 LRF)	12.452.764,78	54,00	12.857.866,49	54,00
DESPESA LÍQ. INATIVOS E PENSIONISTAS	231.775,03	1,01	227.052,48	0,95
LIMITE LEGAL (§1º,ART.2ºLEI FEDERAL 9.717/98)	2.767.281,06	12,00	2.857.303,66	12,00

DÍVIDA CONSOLIDADA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		1º QUADRIMESTRE	
	23.060.675,52		23.810.863,87	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	R\$	%	R\$	%
	3.540.515,51	15,35	3.515.876,44	14,77
LIMITE LEGAL (ARTS 3º E 4º - RESOLUÇÃO Nº 43 SENADO)	27.672.810,62	120,00	28.573.036,64	120,00

CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

SAÚDE

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado com Saúde	1.023.283,19	1.220.372,01
Percentual Aplicado em Saúde (%)	15%	21,30%

EDUCAÇÃO

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado no Ensino (Art. 212 CF)	1.432.438,85	1.625.360,85
Percentual Aplicado no Ensino (%)	25%	28,37%

FUNDEB

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado no Magistério	570.382,71	969.154,84
Percentual Aplicado com o Magistério (%)	60%	101,95%

PUBLICAÇÕES

- ☒ Edital de audiência publicado no jornal "Diário de Taubaté" nº 12.643, pág. 2B de 11/05/2017.
- ☒ Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º Quadrimestre/2017.
- ☒ Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 2º Bimestre/2017.
- ☒ Relatórios publicados no jornal "Diário de Taubaté" Edições nº 12.649, pág.2B de 19/05/2017 e nº 12.650, pág. 2B de 20/05/2017.
- ☒ Encaminhamento das publicações dos relatórios da RREO e do RGF ao sistema AUDESP no dia 22/05/2017.

RESULTADO APURADO - CUMPRIMENTO DOS LIMITES E PRAZOS LEGAIS

- ☒ O Município está com as finanças em equilíbrio.
- ☒ O Município cumpriu os limites para gastos com pessoal;
- ☒ Cumpriu os limites para Dívidas de Longo Prazo;
- ☒ Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 1º Quadrimestre/2017;
- ☒ Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 2º Bimestre/2017;
- ☒ O Município comprovou a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal com Saúde e Educação (inclusive Fundeb).

Para atendimento à legislação vigente, ao encerramento da sessão foi lavrada a presente ata, e assinada a lista de presença por todos os presentes, que faz parte integrante da ata. Natividade da Serra, 23 de maio de 2017.

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE DA SERRA, REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2017, REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2017, ÀS 10:30 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL.

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	Vera Lúcia da S. de Andrade	7.208602	V. Andrade
2	Vera Lúcia de Andrade Amador	12930878-X	V. Amador
3	Marie Elisa Nogueira	—	Marie
4	Jo. Josefine de Oliveira	12669478-3	—
5	Denise C.M. Mercante	30.567.371-3	denise
6	M. Helena Nunes		
7	Jo. Carlos de S.	18732001-9	Jo. Carlos
8	JOSE HUMBERTO L. R. HUMBERTO	13924527-6	J. Humberto
9	ANTONIO C. DE OLIVEIRA	1948946-6	A. C. de Oliveira
10	NORIVAL MENINO	22382019-0	N. Menino
11	Walmir José Santos	18726027-8	W. Santos
12	Jose' Ap. do Santo	20699958-6	J. do Santo
13	Jose' Luiz Domingos	33138055-9	J. Domingos
14	René Gonçalves da Silva	48.273.639-2	R. da Silva
15	BRUNO Vitoria Martins	14.228017-3	B. Martins
16	ROBERTO GIUNTA	14.649393	R. Giunta
17			
18			
19			
20			